

Coleção: Linguagem/Crítica

Direção: Charlotte Galves

Eni Pulcinelli Orlandi

Conselho Editorial: Charlotte Galves

Eni Pulcinelli Orlandi (presidente)

Marilda Cavalcanti

Paulo Otoni

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

P829 Política lingüística na América Latina / Eni Pulcinelli Orlandi
(org.). — Campinas, SP : Pontes, 1988.
(Linguagem/crítica)

Texto em português e espanhol.

Bibliografia.

ISBN 85-7113-004-3

1. Bilingüismo 2. Diglossia (Lingüística) 3. Línguas em contato — América Latina 4. Política lingüística — América Latina I. Orlandi, Eni Pulcinelli. II. Série.

88-0331

CDD-409.8
-404.2

Índices para catálogo sistemático:

1. América Latina : Línguas em contato : Lingüística 409.8
2. América Latina : Política lingüística 409.8
3. Bilingüismo : Lingüística 404.2
4. Diglossia : Lingüística 404.2

ENI PULCINELLI ORLANDI
(ORG.)

Política Lingüística na América Latina

1988

buena fe menosprecian los obstáculos, surge el cúmulo de alternativas y medidas graduales que precisa esclarecer y programar. Que, por ello, por encima de estas antinomias se alza la interrogante crucial: ¿qué tipo de sociedad pretendemos? En esa sociedad, el castellano de quienes ahora todavía no lo poseen, ¿qué perspectivas ofrecerá a sus hablantes? ¿Será un medio para incrementar las raleadas filas del servicio doméstico, o un paso encaminado a la definición de una sociedad igualitaria? ¿En qué status continuarán los vernáculos? Y ésta es, en el Perú o en el otro extremo del mundo, una clara y grave opción política que alcanza a la lingüística.

↳ política - lingüística *

A LÍNGUA IMAGINÁRIA E A LÍNGUA FLUIDA: DOIS MÉTODOS DE TRABALHO COM A LINGUAGEM

Eni Pulcinelli Orlandi
Tania C. C. de Souza

“Ya a fines del siglo XIX se llamó a antropólogos y lingüistas para que pacificaran a los indios” (Discurso inaugural do reitor A. Badia i Magrit. Universidade de Barcelona, 1976, cit. por Hamel e Sierra, 1983).

Esse estudo — que se apóia em algumas posições teóricas e algumas hipóteses *discursivas* — representa apenas um momento de uma reflexão que se insere em um programa de trabalho mais amplo (Orlandi, 1985).

O risco que se corre, na região do que se tem chamado “etnocentrismo” tem caminhos tortuosos e o próprio termo etnocentrismo já é domesticação de um conceito que recobre fatos muito diferentes.

No que se refere ao estudo da linguagem, nos defendemos muito bem — pela postura de quem é capaz de reflexão — de cair no preconceito lingüístico de que as línguas indígenas são totalmente diversas das línguas de “civilização”. E, como diz M. Câmara (1977): “Devemos, portanto, partir do pressuposto de que em qualquer pesquisa de língua indígena não vamos encontrar nada de extraordinário, nada de sobrenatural”.

Entretanto, se nos livramos do preconceito de achar extravagante o que não é de nosso ambiente cultural nativo, não conseguimos evitar tão bem o risco oposto: projetamos sobre as línguas indígenas nossos modelos de sistematização que, por sua vez, projetam o modelo de uma língua ideal que, em primeira instância é o português e, em última instância é o latim, quando se trata das línguas naturais.

Não vamos nos estender na reflexão sobre o fato de que por um jogo de espelhos, objeto e método se configuram mutuamente e a tal ponto que não distinguimos mais entre o instrumento e o objeto da observação. Um reflete o outro. Deriva daí a produção contínua de artefatos (simulacros) que os analistas de linguagem têm produzido ao longo de sua história.

definição de línguas imaginárias
Artefatos, objetos-ficção, que nem por isso têm menos existência que o real.

A esses objetos-ficção é que chamaremos línguas-imaginárias. São as línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituição, a-históricas. Construção. É a sistematização que faz com que elas percam a fluidez e se fixem em línguas-imaginárias.

São variados os modos de produção da língua-imaginária, assim como são diferentes seus produtos: a língua-mãe (o indo-europeu), a língua-ideal (da lógica) etc.

Dedicar-nos-emos, aqui, ao estudo da produção de uma forma de língua-imaginária, ou melhor, de duas, mas que estão materialmente ligadas: o tupi-jesuítico e o português-brasileiro.

Na perspectiva do que se tem chamado apagamento da cultura indígena da identidade nacional — pelo cientista, pelo missionário, pelo indigenista (Orlandi, 1985) — é que vamos tratar dessa questão.

Distinguiremos, assim, duas vertentes em que se pode atestar a manifestação da língua imaginária:

1. A consideração da língua Tupi e da Lingüística Antropológica;
2. A relação do contato e a noção de “empréstimo”.

1. TUPI E LINGÜÍSTICA ANTROPOLÓGICA

Os missionários estudavam (e estudam) a língua com objetivos religiosos. Isto dá ao estudo da língua uma direção utilitária e, como diz Mattoso Câmara, “este é justamente o espírito que favorece a criação das chamadas línguas francas (...) Por isso o tupi, que as primeiras exposições dos europeus nos fornecem, não é exatamente aquele que os indígenas exatamente falavam — como o português também não é o que falamos, realmente. No caso dos missionários, há ainda um agravante a mais: é uma sistematização simplificada feita para proceder à propaganda religiosa dentro do ambiente indígena”¹.

Criava-se assim uma gramática e ao mesmo tempo uma língua simplificada. A isto Mattoso Câmara chama disciplinação da língua

1. No parecer de Aryon D. Rodrigues, em conversa pessoal, Anchieta não opera essa simplificação.

tupi. Essa disciplinação da língua tupi é feita pelos missionários, tal como referimos acima, mas também pelos estudiosos da língua. Nesse caso a disciplinação é isto: o tupinólogo tem como objetivo, consciente ou inconsciente, não apenas estudar mas sobretudo aperfeiçoar a língua indígena. Em direção ao ideal da gramática ocidental, evidentemente.

Também aqui as palavras de Mattoso Câmara são apropriadas: “o missionário lingüístico foi catequético tanto quanto o missionário religioso”.

Só falta acrescentar que ainda o é. Há muitos estudos atuais de línguas indígenas que “aperfeiçoam” os sistemas “encontrados” na descrição delas, tanto a nível fonológico, quanto morfológico ou sintático. E quando o índio não fala exatamente como “devia” ser no sistema, ele é adequadamente “conscientizado” da necessidade de manter as formas de “seu” idioma.

O missionário e o estudioso fazem uma língua como uma gramática. E fazemos uma gramática que deixa o que a língua é para ser como cremos que *deve* ser.

Assim a língua imaginária tem um retorno sobre o real: modela-o.

Como bem diz Mattoso Câmara, falando do missionário: “Fez um trabalho de disciplinação, de interpretação do tupi de acordo com certos ideais, certos preconceitos sobre a gramática geral, que era, no fundo, a gramática latina. Usou a língua, assim disciplinada na catequese e o índio ao mesmo tempo que se aculturava religiosamente também se ia lingüisticamente adaptando”. Também o guarani, no Paraguai, é o guarani jesuítico que se implantou em um habitat lingüístico que de início nada tinha de guarani².

E como fica a Lingüística? A atitude naturalística da Lingüística que, durante muito tempo, considerou a língua apenas como produto natural, alterável mas intangível (como afirma Saussure) não refletiu sobre a manipulação da língua. Segundo Mattoso Câmara, esse trabalho de normalização e adaptação progressiva do homem sobre os produtos culturais — na qual sua *vontade*, diz Mattoso, e nós diríamos o *poder*, atua — só começa a ser levada em conta na Lingüística na medida em que ela vai se enquadrando nas ciências sociais e antropológicas.

2. Cf. Maria Cândida Drummond, em sua dissertação de mestrado, fala sobre sobre essa questão da língua *supra-étnica* no Brasil colonial.

Essa manipulação é o trabalho do "Poder" na língua e é por aí que julgamos inserir a questão *discursiva*. Ou seja, o enquadramento de que fala Mattoso é entendido, por nós, na perspectiva da Análise de Discurso, da maneira seguinte: pensamos a linguagem no interior do quadro dos sistemas de representação e tratamos da história dos processos de linguagem, referindo-nos à ciência das formações sociais.

Resta fazer, nesse ponto, uma referência à *Linguística Antropológica*.

Muitas vezes, a Linguística Antropológica tem recebido esse nome por mero etnocentrismo, e então basta trabalhar com língua indígena para se estar no domínio da Linguística Antropológica. Outras vezes, ainda no interior do etnocentrismo, se a tinge de posições culturalistas.

Restaurar esse conceito, o de Linguística Antropológica, é, a nosso ver, considerar o histórico e o cultural como *constitutivos*, e não como correlatos à estrutura linguística, ou como mera suplementação. O histórico e o cultural aparecem, então, como imanescentes ao fato linguístico e teoricamente explicativos.

Voltando à questão do poder na língua, gostaríamos de fazer algumas observações antes de concluir a reflexão sobre essa primeira vertente.

A língua imaginária não é inofensiva, não deixa de ter seu efeito sobre o real. E isto em duas direções:

a. Para a história da língua, onde vemos que ela obriga a passar pelas coerções, coloca paradigmas e controla o uso e a forma da língua.

Exemplo: Um xerente, do P.I. Xerente em Goiás, que disse que o pastor sabia melhor sua língua do que ele mesmo.

Aí vemos que se produziu o apagamento do locutor, do falante (originário) do tupi, ou seja, do índio. Consequentemente, se apaga a língua e os sentidos próprios, já que falante, língua e sentidos são inseparáveis, se condicionam mutuamente.

b. Para o cientista, já que ela não permite que se observe qualquer fato da língua, de qualquer maneira, em qualquer perspectiva.

Essa injunção produz o apagamento do tupi no português, pois leva o cientista a uma observação em que ele lida com um simulacro e não questiona o *real histórico* do contato.

Finalmente, resta dizer que neste contexto de aculturação e etnocentrismo, o próprio fato de ter-se elegido o tupi como modelo, como verdadeiro exemplo ("típico") das línguas indígenas do Brasil já é uma forma de redução e apagamento que também tem razões e consequências históricas importantes.

2. A RELAÇÃO DE CONTATO E OS EMPRÉSTIMOS

Chegamos agora na parte que tem mais diretamente a ver com nossa proposta de trabalho.

Na relação de contato entre os índios e a sociedade envolvente, temos procurado refletir sobre os processos discursivos que configuram a história desse contato.

Segundo o que pudemos observar — e como de certa forma já está dito na primeira parte dessa exposição — há um apagamento das formas de representação da cultura indígena no confronto com nossa cultura. Mesmo em relação à linguagem e à ciência que se faz sobre ela, a cultura dominante exerce seu poder pela linguagem e na linguagem.

Dessa forma, a língua primitiva (dos "selvagens") é sempre já observada na dissimétrica hierarquização que a coloca como o oposto da língua do dominador, em si, superior.

Ainda quando se mostra interesse por essas línguas em suas relações, os estudos tipológicos se voltam não para a história mas para os univesais. Não se particularizam, não se singularizam seus fatos. Os dados são vistos como aqueles que confirmam (ou não) uma propriedade x (universal), ou então se se encontram (ou não) dados para confirmar x. É sempre um artefato — a Gramática — que preside a observação. Línguas européias e línguas americanas são vistas em função da Gramática.

Diferentemente dessas perspectivas de estudo, o que propomos para a reflexão tem como objeto o processo discursivo histórico do apagamento³.

3. O apagamento não é por si negativo nem positivo. Ele tem o sentido que lhe dá a conjuntura. Em qualquer caso, é parte da experiência da identidade, parte constitutiva do processo da "subjativização" (identificação).

Se, na primeira parte, procuramos problematizar o conceito de língua geral e recuperar alguns sentidos da Linguística Antropológica, o conceito que está no centro de nossas preocupações nessa parte do trabalho é o de *empréstimo*.

Quando falamos que estamos visando *problematizar* certos conceitos, estamos, intencionalmente, procurando discutir sentidos que são dados como pressupostos ao mesmo tempo em que estamos procurando propor novos sentidos para esses conceitos. Isto porque, na medida em que estamos refletindo sobre a linguagem na perspectiva do discurso, alguns deslocamentos se impõem. No caso presente, esses conceitos são do domínio da Sociolinguística. Faz ainda parte desse projeto de discussão a longo prazo questionar também os conceitos do domínio da Linguística Histórica no tratamento das questões das línguas indígenas.

Gostaríamos aqui de lembrar o trabalho de Hamel e Sierra (1984) em que é feito um deslocamento conceptual semelhante ao que estamos propondo. O conceito que é redefinido por Hamel e Sierra é o de *diglossia*. Essa redefinição consiste em caracterizar a diglossia em termos de *conflito*. Procuram então captar, no conceito, a relação diglósica como tensão entre práticas discursivas e representações. Sem neutralidade. Trata-se não de analisar, dizem os autores, "o uso de uma ou outra língua em relação a uma situação determinada, mas de estudar a produção discursiva de significações sociais através das práticas discursivas do espanhol e do otomi". A partir daí, analisam o deslocamento, a resistência e a vitalidade da língua "minoritária", mostrando que a delimitação entre discurso dominante e dominado em relação à construção da hegemonia e da simultaneidade não coincide com as fronteiras entre o espanhol e o otomi, com o tradicional conceito de língua dominante/língua dominada.

Pois bem, é essa problematização que estamos visando, em relação ao conceito de empréstimo, através da análise do processo discursivo desse apagamento.

Assim, nas escolas se aprende, de cor, ou listas de tupinismos ou alguns morfemas que entram na composição de palavras. Faz-se assim referências pobres e limitadas à *influência* do tupi no português. Como diz Mattoso Câmara, "criou-se uma técnica para a etimologia dos tupinismos ingênua e simplista (...) No fundo vem a ser uma ressurreição do método etimológico de Frei Isidoro de Sevilha, que o advento da linguística no século XIX parecia ter enterrado definitivamente".

Atomizada, restrita, descaracterizada, a relação entre as línguas indígenas e a língua portuguesa parece não ter nenhuma realidade cultural ou histórica.

Mesmo o conceito ortodoxo de empréstimo serve mal à caracterização dessa influência. Fala-se em empréstimo, quando se trata das línguas européias, asiáticas etc. Não quando se trata da língua indígena. Em sua influência, não se lhe dá o estatuto de língua. São só palavras.

Quando se fala da relação entre línguas indígenas e português se a confina ao aspecto documental, ou etimológico, ou etnológico no sentido superficial. Também a relação entre conceitos como substrato, adstrato fica silenciada em relação às línguas indígenas e o português.

O estudo dessas relações envolve processos de linguagem que não são neutros pois são historicamente determinados e neles se inscrevem relações políticas e ideológicas.

Seria pois necessária uma abordagem que chamamos discursiva que restaura o sentido do filológico em uma pesquisa que não se limite a ser documental, etimológica, e que, finalmente, não se restrinja aos elementos do vocabulário isolado.

Quando se trata do contato com as línguas indígenas, não se fala de uma relação histórica mais fundamental e configuradora.

Há uma concepção de línguas indígenas que não só as coloca como incapazes de desenvolvimento interno, como se fossem cristalizações, matéria imóvel desde sempre, sem história, mas também como se fossem incapazes de influir em processos e formas das línguas com que estão em contato.

O próprio modo como se pesquisam as línguas indígenas, como se faz a coleta de dados⁴ mostra essa visão que se tem da língua indígena como algo imóvel para dentro e para fora.

A propósito disso, dirá M. Câmara, comentando as dificuldades relatadas por von den Steinen: "Surpreende-se aí concretamente a precariedade que há em propor a um informante a tradução de um

4. Referimo-nos aqui à coleta de dados que se caracteriza por palavras isoladas, fora do contexto linguístico e situacional, feitas por pesquisadores que eram, sobretudo, geógrafos, naturalistas, etnólogos, missionários, membros de comissões administrativas e, mais tarde e em menor número, pesquisadores de linguagem.

vocabulo solto, cunhado em nossas línguas em função de uma nossa visão cósmica definida, em vez de depreender vocabulos indígenas em sua forma e em seu valor semântico, de frases e narrativas espontâneas, onde uma análise rigorosa pode, do sentido global, chegar aos sentidos vocabulares parciais”⁵.

Isto mostra que não há apenas a necessidade de se conceber as línguas de forma processual (mais dinâmica) mas também que não se pode, para recolher e reconhecer suas formas e funcionamento, jogar sobre elas nossos instrumentos analíticos já moldados (forjados) eles próprios em teorias e métodos comprometidos com nossa estreita concepção de sistema, de frase etc. Reflete-se aí a necessidade de se considerarem as unidades vivas e atuantes da língua enquanto texto, historicidade. Trata-se de apreender e explicar o funcionamento discursivo.

E aí é que chegamos ao outro conceito — embora o roçássemos todo o tempo em nossa exposição, ao menos por contraste — enunciado no título desse nosso estudo: a língua fluida.

A língua fluida é a que pode ser observada e reconhecida quando focalizamos os processos discursivos, através da história da constituição de formas e sentidos, tomando os textos como unidades (significativas) de análise, no contexto de sua produção.

Se a língua imaginária é a que os analistas fixam na sua sistematização, a língua fluida é a que não pode ser contida no arcabouço dos sistemas e fórmulas.

É essa língua que estamos colocando como ponto de referência para pensar a questão do empréstimo (e também a de substrato, adstrato etc.). Língua na qual convivem processos muito diferentes e cuja história é feita de fatura e movimento.

Por aí podemos ver que a convivência histórica da língua portuguesa com as línguas indígenas tem conseqüências mais importantes do que a de acrescentar alguns “tupinismos”, ou topônimos, ou meros afixos, ou fortuita contribuição vocabular para mostrarmos a riqueza de “nossa” fauna e flora.

A contribuição das línguas indígenas está no interior da própria estruturação da língua portuguesa, se pensamos a determinação his-

5. Um exemplar de análise discursiva pode ser lido em T.C.C. de Souza (1986).

tórica dos processos de significação e representação, na produção de suas formas.

Temos ainda algo a dizer, do ponto de vista das relações entre língua imaginária e língua fluida.

Assim como não se admite a influência mais substancial das línguas indígenas no português, porque não se considera a língua em movimento, também não se quer reconhecer a influência do português sobre as línguas indígenas, no caso, sobre o tupi jesuítico⁶. Este, afetado (transformado) pela nossa relação com a língua imaginária, que passa pela sistematização, pelos nossos modelos de gramática e da escrita que são nosso modo de relação com a linguagem, foi necessariamente disciplinado, como diz M. Câmara.

Da perspectiva que estamos propondo talvez se possa observar melhor também essa outra direção do contato: a influência do português sobre as línguas indígenas.

Voltemos entretanto à questão da influência das línguas indígenas sobre o português.

Falar da influência do tupi sobre o português pode parecer, a princípio, a retomada de uma velha questão muito discutida (e desgastada) desde as últimas décadas do século XIX até meados do nosso século — o pleito de uma língua brasileira.

Não é nossa intenção fazer desfilar aqui a série de argumentos de ordem lingüística usados pelos defensores de um idioma pátrio. Ao contrário, mostraremos apenas que muitas das razões que colocaram por terra tais argumentos — prevendo, inclusive, o futuro desaparecimento dos vestígios do tupi no português — tinham por meta apenas reafirmar o poder do colonizador, tratando a língua tupi com preconceito e descaso.

Não é negado ao tupi um período áureo, durante o qual este era o idioma mais falado e prestigiado no país. O tupi é visto como a língua da catequese e também a língua das bandeiras. No entanto, à medida que o colonizador fazia progressos, o tupi foi tendo sua existência confinada aos sertões.

6. Vale a pena pensar também a influência sobre as línguas indígenas, não só em alguma delas mas em suas relações e suas histórias.

Inúmeras são as teses que mostram que o tupi não desapareceu sem deixar traços dessa época de prestígio em denominações geográficas, em nomes de pássaros e alguns vocábulos.

Aí se observa que o que restou do contato do tupi com o português são meras listas de palavras. Nega-se uma influência de fato do tupi sobre o português. Ou melhor, nega-se a historicidade, primeiramente para o próprio tupi e, depois, para a evolução do contato. Nesse processo de "aculturação", não se reconhece a evolução histórica das identidades.

É como se o período de contato dessas duas línguas fosse algo fugaz e passageiro, tão passageiro que as marcas desse contato, com o passar do tempo, tenderiam a desaparecer, cristalizando-se em forma de listas de termos exóticos (que passaram a fazer parte do folclore), oriundos de um povo que um dia existiu (?) aqui, mas que não deixou legado. Primitivo aqui significa "passado" e "de baixa qualidade".

Tudo isso parece apontar para um fato único: acelera-se o extermínio do povo, via apagamento da língua, procurando se omitir de nosso passado as marcas de um povo tão primitivo que seu idioma carece de três letras: "não se acha nele F, nem L, nem R, cousa digna de espanto, porque assim não tem Fé, nem lei, nem Rei" (Gandavo, 1924).

Esse estado de primitivismo lingüístico passa a ser a bandeira daqueles que insistem em afirmar que o contato do tupi com o português não foi significativo.

Sob esta bandeira, nega-se aos itens incorporados ao léxico mesmo o status de *empréstimo*, já que esses vocábulos se amoldaram às regras da morfologia do português, recebendo flexão de gênero, número e grau.

É interessante notar que as regras de adaptação por que passam os empréstimos de qualquer língua são tidas aqui como reflexo do grau de primitivismo em que se encontrava o tupi: uma língua pobre em flexões, tão pobre que o idioma mais rico absorve-lhe as expressões emprestando a estas as feições do idioma de conquista.

Assim, um fato científico — o caminho pelo qual passam os empréstimos lingüísticos — é usado em prol da descaracterização do tupi enquanto língua.

Como se vê, há todo um processo instaurado com o intuito de mistificar e apagar a influência do tupi no português.

Por outro lado, os "vestígios passageiros" que um dia desapareceriam, continuam inseridos em nosso idioma, acobertados, porém, sob o rótulo de "brasileirismos" — fato plenamente concorde com os objetivos (desejos) daqueles que não querem admitir a influência do tupi na língua do colonizador.

Porém, essa tentativa de apagar o tupi acaba se frustrando: as marcas do contato e os processos de influência lingüística continuam vivos e se fazem presentes até nossos dias. E podem ser visíveis se não usamos métodos científicos homogeneizantes.

Tomaremos aqui um exemplo para ilustrar os processos a que nos estamos referindo. Trata-se do sufixo (-rana).

A antropóloga Regina Miller pediu-nos que procurássemos esclarecer alguns dados que lhe faltavam para melhor configurar a relação entre membros da tribo Assurini.

Observamos então que o que lhe faltava era apreender o sentido de certos sufixos que eram colocados ao lado de nomes de parentesco.

Pudemos detectar então o uso de sufixos que *modalizavam os nomes*.

Esses sufixos modalizadores de nomes acrescentavam-lhes o sentido de "como se (fosse)": como se fosse esposa, como se fosse filho etc. Também havia algumas formas em que esse "como se" se nuancava e podia ser entendido como "possibilidade futura": poderá ser (Potencial).

A partir daí começamos a refletir sobre processos discursivos que incluíam a modalização de nomes (e não só de verbos, como estamos habituados, em português) na língua assurini.

Ficamos, pois, atentas a esse funcionamento discursivo.

Quando em Belém, em casa de amigos, alguém se referiu à uma "netarana" de sua avó materna.

Como estávamos alertas para formas que modificavam nomes, tomamos conhecimento de que aquela forma significava: "como se fosse" neta.

Ao pensar o português, começamos a ver que há uma infinidade de formas assim "modalizadas": tatarana (como se fosse fogo), cajarana (como se fosse cajá), sagarana (como se fosse saga) etc.

Demo-nos conta, então, de como ainda estamos presos ao nosso português como língua imaginária, construída por esquemas gramaticais rígidos, dos quais excluimos, tornamos invisível, qualquer contato com as línguas indígenas que vá além de vocábulos. Pudemos perceber que há, atrás de vocábulos como os que citamos acima, toda uma história do contato e de processos de significação que são postos em movimento. Além disso, pode-se ver aí — e é o que pretendemos fazer — a estruturação mesma de um mecanismo discursivo no qual a modalização vai muito além do que incidir sobre o sistema verbal.

O que -rana nos mostra é que há um processo produtivo de derivação na língua portuguesa que resulta desse contato com as línguas indígenas. Processo que introduz a questão da modalização nos nomes e que tem conseqüências que ainda não sabemos quais são mas que certamente atuam nos processos discursivos de *denominação*.

Foi então, lendo a carta de Guimarães Rosa a João Condé, revelando segredos de *Sagarana*, que pudemos chegar à concepção da língua fluida: "Rezei, de verdade, para que pudesse esquecer-me por completo de que algum dia já tiveram existido septos, limitações, tabiques, preconceitos, a respeito de normas, modas, tendências, escolas literárias, doutrinas, conceitos, atualidade e tradições — no tempo e no espaço (...) De certo que eu amava a língua. Apenas não a amo como mãe severa, mas como a bela amante e companheira (...) E riqueza, oh! riqueza... pelo menos, impiedoso, horror ao lugar comum; que as chapas são pedaços de carne corrompida, são pedaços contra o Espírito Santo, são taperas no território do idioma". E depois de invocar o Espírito Santo contra os estereótipos, ele nomeia a língua ilimitada a que ele se deu em toda sua produção literária: "Mas ainda haverá mais, se possível (sonhar é fácil, João Condé, realizar é que são elas...): além dos estados líquidos e sólidos, porque não tentar trabalhar a língua também em estado gasoso?"

Mantidas as diferenças de estados, aí reencontramos a língua fluida. A língua-movimento, volume incalculável, mudança contínua. Metáfora. Que procuraremos trazer até o limite da ciência.

O sufixo -rana é só uma *pista*, um modo de começar a apreender alguns aspectos de uma língua portuguesa que tem sido sistematicamente ignorada e que, no caso que nos interessa, está sujeita à influência das línguas indígenas.

Para isso — sonhar é fácil, realizar é que são elas — a partir da pista dada por -rana estamos propondo estabelecer uma metodologia e construir técnicas que tornem visíveis, observáveis, esses aspectos que estão apagados⁷ de nossa reflexão sobre o contato com as línguas indígenas.

Uma forma crítica, discursiva, filológica (no sentido moderno) de estudar os "empréstimos" é que estamos visando. Para recuperar a história dos processos linguajeiros, discursivos.

Para terminar, gostaríamos de fazer uma referência. Há um livro de M. Pêcheux (1983), onde ele faz a história da reflexão sobre a linguagem a partir de uma perspectiva discursiva, analisando as condições de produção dessa reflexão. Em um capítulo que se chama "Les hommes fous de leurs langues", ele fala dessa paixão que alguns homens têm pela linguagem. Essa loucura pelas palavras que pode desembocar na escrita, na poesia, na teoria lingüística. Mostra, então, uma divisão em que é possível reconhecer: *a.* ao lado daqueles que deixam vagar os seus fluxos sobre o corpo pleno da linguagem, há *b.* os que procuram construir seu império de ciência e de texto. De um lado, o amor da língua materna, do outro, os processos de construção das gramáticas e das línguas naturais.

Entre o amor da língua materna e o desejo da língua ideal, a Lingüística faz sua história, passando, na lingüística histórica, pelo desejo de descobrir a língua-mãe, aquela que deu origem a todas.

Essas afirmações de Pêcheux se apóiam constantemente em um texto de Milner (1983) do qual mencionaremos apenas uma pergunta que resume bem a perspectiva em que ele trabalha. Separando a língua materna (que ele chama "lalangue") da língua, objeto da lingüística, ele dirá: "Ou dito de outra maneira, não seria a língua senão uma máscara arbitrariamente construída e que não toca nenhum real?"

7. Trata-se aqui do que Orlandi, E. P. (1987) chamou dimensão política do silêncio. Este texto inclui tal dimensão num estudo sobre silêncio e sentido.

Eis aí a relação entre língua fluida e língua imaginária, vista agora do outro lado do Atlântico. Deste lado do Atlântico, nossa experiência histórica é a de que o imaginário tem às vezes mais realidade que o próprio real e a de que não se criam impunemente máscaras e fantasmas.

BIBLIOGRAFIA

- HAMEL, R. & SIERRA, T. — "Diglosia y conflicto intercultural", em *Boletín de Antropología Americana*, Mexico, 1984.
- PÊCHEUX, M. & GADET, F. — *La Langue Introuvable*, Maspero, Paris, 1983.
- MATTOSO CÂMARA, J. — *Introdução às línguas indígenas brasileiras*, Ao Livro Técnico, MEC, Rio de Janeiro, 1977.
- ORLANDI, E.P. — *Pátria e terra: o índio e a identidade nacional*. Preedição n.º 1, Campinas, RG, 1985.
- . *Silêncio e Sentido*, Preedição n.º 4, Campinas, RG, 1987.
- SOUZA, T.C.C. de — "Considerações sobre a estrutura discursiva da língua tapirapé", em *Série Estudos* n.º 12, Uberaba, 1986.
- MILNER, J. — *L'amour de la Langue*, Seuil, Paris, 1983.
- GANDAVO, Pero de Magalhães — *Tratado da terra do Brasil e História da Província de Santa Cruz*, Rio de Janeiro, 1924.

LA POLÍTICA DEL LENGUAJE Y EL CONFLICTO INTERÉTNICO

Problemas de investigación sociolingüística

Rainer Enrique Hamel

1. LA POLÍTICA DEL LENGUAJE COMO OBJETO DE ESTUDIO SOCIOLINGÜÍSTICO

Sobre el concepto *política del lenguaje* existe desde hace tiempo un controvertido debate. Acaso se refiere únicamente a los actos políticos de los aparatos del Estado o bien abarca el conjunto de actividades sociales que intervienen en el campo de las lenguas, incluyendo las investigaciones mismas. Si la lingüística actual (¿cuál?) ofrece los instrumentos idóneos para estudiar estos procesos o si se requiere de un enfoque interdisciplinario, etcétera.

Para llegar al propósito de este trabajo, esto es, formular algunos criterios teórico-metodológicos para la investigación de las relaciones entre lengua nacional y lenguas indígenas en México — como parte y base de la política del lenguaje — me parece necesario ubicar en primer lugar los principales parámetros de esta discusión.

La experiencia mexicana, como la de otros países latinoamericanos, se ha caracterizado por una gran dispersión en la investigación y en muchos casos por una falta de coordinación entre ésta y la acción política de los actores implicados.

En el campo de la investigación contamos ya con una serie de estudios de caso acerca de la realidad sociolingüística actual de las minorías indígenas, aunque difícilmente se puede afirmar que estas investigaciones hayan producido ya el material empírico suficiente para conocer en detalle y fehacientemente el funcionamiento mismo de la comunicación interétnica. Lo que, a mi modo de ver, más nos falta en este momento es un mayor esclarecimiento de las bases